
Relatório de Execução Orçamental

AdNorte - Águas do Norte, S.A.

dezembro de 2019

- I) Demonstração de Resultados
- II) Indicadores económico financeiros - Patrimoniais**
- III) Indicadores Comerciais
- IV) Gastos Operacionais
- V) Investimento**
- VI) Recursos Humanos

Demonstração de Resultados		Valores				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per. Hom.	Orçam.
Venda de água	mEur	10 211	11 244	13 640	13 975	49 070	46 624	46 952 ▲
Prestação de Serviços: Saneamento	mEur	13 650	15 375	11 684	15 734	56 443	51 627	53 212 ▲
Componente tarifária acrescida	mEur	1 497	1 555	1 674	1 568	6 295	5 315	6 383 ▼
Fundo Ambiental	mEur	1 915	1 967	1 967	1 967	7 815	5 182	7 890 ▼
Rend. Construção	mEur	8 408	8 230	6 657	7 368	30 664	32 177	29 115 ▲
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-1 630	1 990	946	-2 868	-1 562	7 830	9 913 ▼
Volume de Negócios	mEur	34 051	40 361	36 568	37 744	148 725	148 755	153 465 ▼
Custo das vendas/variação inventários	mEur	-982	-1 015	-1 193	-1 118	-4 309	-4 826	-4 290 ▼
Subcontratos	mEur	-3 773	-6 518	-4 343	-5 375	-20 010	-17 840	-17 774 ▼
Gastos serviços construção	mEur	-8 408	-8 230	-6 657	-7 368	-30 664	-32 177	-29 115 ▲
Margem Bruta	mEur	20 889	24 597	24 374	23 883	93 743	93 911	102 285 ▼
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-6 293	-5 974	-7 383	-6 575	-26 226	-26 619	-29 135 ▲
Gastos com pessoal afeto à concessão	mEur							=
Gastos com pessoal	mEur	-3 496	-3 205	-3 415	-3 300	-13 415	-12 734	-13 470 ▲
Amortizações	mEur	-11 093	-15 328	-15 215	-13 775	-55 412	-51 285	-53 168 ▼
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	-158	-174	-139	-216	-687	-410	-955 ▲
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	-265	-395	-509	-351	-1 520	-1 167	-1 290 ▼
Subsídios ao Investimento	mEur	4 644	5 640	5 862	4 928	21 073	20 518	20 745 ▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	158	135	128	179	599	639	818 ▼
Resultados Operacionais	mEur	4 385	5 295	3 701	4 772	18 154	22 852	25 831 ▼
Gastos Financeiros	mEur	-3 314	-3 563	-3 470	-3 461	-13 808	-15 815	-15 060 ▲
Rendimentos Financeiros	mEur	1 231	148	1 222	1 221	3 822	4 880	5 826 ▼
Resultados Financeiros	mEur	-2 082	-3 416	-2 247	-2 241	-9 986	-10 935	-9 234 ▼
Resultados Antes de imposto	mEur	2 303	1 880	1 454	2 531	8 168	11 917	16 597 ▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	-589	-449	-438	-1 484	-2 960	-4 748	-7 568 ▼
Resultado Líquido do Exercício	mEur	1 713	1 431	1 016	1 047	5 209	7 169	9 029 ▼

Indicadores de Resultados		Valores				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per. Hom.	Orçam.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	mEur	6 015	9 321	12 076	18 154	18 154	22 852	25 831
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Dep	mEur	12 622	25 790	38 038	54 742	54 742	46 200	49 296
Margem EBITDA	%	46%	45%	44%	46%	46%	42%	43%
Gastos Operacionais/EBITDA	%	206%	227%	239%	222%	222%	249%	244%

Resultado Líquido do Exercício	5,2 MEur
<ul style="list-style-type: none"> O Resultado Líquido, que corresponde à remuneração garantida do capital investido, apresenta um desvio negativo de 3,8M€ face ao orçamentado. Na origem deste desvio está o facto de as taxas de remuneração (OT a 10 anos), serem inferiores ao estimado. A dezembro de 2019 foi de 1,75% e no orç. a taxa foi de 2,2%. 	
Volume de Negócios	148,7 MEur
<ul style="list-style-type: none"> O Volume de Negócios, não considerando o DRG e Rend. Construção, apresenta um desvio favorável face ao orçamento de 5,2M€, tendo como maior "contributo" a Prestação de Serviços, conforme fundamentação abaixo. Em dezembro foram estimados os valores referentes à Violação do Direito de Exclusividade (Abastecimento 3,4M€ e Saneamento 0,3M€). 	
Margem Bruta	93,7 MEur
<ul style="list-style-type: none"> Expurgando da MB o valor do DRG obtemos um desvio favorável face ao orç. de 2,9M€. Este desvio resulta de 2 efeitos, o aumento no Volume de Negócios em 5,1M€ e aumento dos Subcontratos em 2,4M€. Analisando em termos unitários médios obtemos 0,6349 €/m3 no real e 0,6167 €/m3 no Orç. . i. é. mais 2,9%. Comparativamente com o ano anterior verifica-se um aumento de 9%. 	
Gastos Operacionais	-121,6 MEur
<ul style="list-style-type: none"> Os Gastos Operacionais ascenderam a 121,6M€, superiores ao orçamentado em 1,5 M€. No entanto, o volume de negócio registou uma variação superior conforme referido anteriormente (+4,5%). Relativamente ao rácio do PRG (53,5%), verifica-se o seu cumprimento quer face ao orçamentado (-3%), quer face a 2018 (-3,6%). Ver detalhe no ponto 4. 	
FSE	-46,2 MEur
<ul style="list-style-type: none"> Os FSE registam um desvio favorável face ao orç. de 0,7 M€, como resultado do comportamento distinto de várias rubricas. As seguintes rubricas registaram desvios favoráveis: Serviços Especializados (-1,2 M€), nomeadamente nas Análises e Monitorização (incumprimento por parte do prestador de serviços), Tratamento de Resíduos (atraso nos procedimentos contratuais), Outros Trabalhos Especializados (Limpeza e desobstruções). Na Rubrica Materiais (-0,2M€) como resultado da alteração do objeto contratual (inserido nos contratos de Outsourcing) e outros FSE (-1M€) nomeadamente Material de Laboratório, Contencioso e Notariado e Limpeza Higiene e Conforto, e as Rendas e Alugueres (-0,7M€). Relativamente às Rendas e Alugueres esta diminuição resulta do impacto da implementação da IFRS16. Em dezembro, com efeitos a 1 janeiro, foram reclassificados para as rubricas de Amortizações e Gastos Financeiros os gastos com rendas e alugueres (cerca de 0,7 M€), importa referir que em sede de orçamento o gasto total está na rubrica FSE. Em sentido contrário, e com um desvio negativo de cerca de 2,2M€, temos os Subcontratos. Na origem deste desvio está, fundamentalmente, o aumento da atividade de saneamento conforme referido no quadro abaixo (ver Volume de Negócios), bem como do registo de acertos relativos a 2018. 	

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

dezembro de 2019

Demonstração da Posição Financeira		Valores				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	dez. 2018	Per. Hom.Orçam.
Ativos não correntes	mEur	1 447 380	1 474 805	1 472 069	1 432 227	1 432 227	1 449 311	1 455 922 ▼
Ativo intangível	mEur	1 138 378	1 136 101	1 131 442	1 118 320	1 118 320	1 139 141	1 132 299 ▼
Desvios de recuperação gastos	mEur	264 064	266 054	267 000	264 132	264 132	265 694	275 606 ▼
Ativos sob direito de uso *	mEur	0	0	0	5 167	5 167	0	0 ▲
Outros ativos não correntes	mEur	44 938	72 651	73 627	44 608	44 608	44 476	48 017 ▼
Ativos correntes	mEur	134 996	113 156	110 456	140 556	140 556	129 401	112 381 ▲
Ativos fin. ao justo valor rend.int.	mEur	0	0	0	28 638	28 638	0	0 ▲
Clientes	mEur	101 759	80 977	77 043	76 029	76 029	93 286	74 495 ▲
Disponibilidades	mEur	893	791	881	876	876	989	254 ▲
Outros ativos correntes	mEur	32 343	31 389	32 533	35 012	35 012	35 125	37 631 ▼
Ativo total	mEur	1 582 376	1 587 962	1 582 525	1 572 782	1 572 782	1 578 712	1 568 303 ▲
Capital Social	mEur	105 029	107 592	107 746	107 900	107 900	104 875	107 900 ▲
Ações próprias	mEur	0	0	0	0	0	0	0 =
Resultados transitados e reservas	mEur	151 496	151 496	151 496	151 496	151 496	144 327	151 496 =
Resultado líquido	mEur	1 713	3 145	4 161	5 209	5 209	7 169	9 029 ▼
Capital Próprio	mEur	258 238	262 233	263 403	264 604	264 604	256 371	268 425 ▼
Passivos não Correntes	mEur	1 242 376	1 243 377	1 238 778	1 227 400	1 227 400	1 247 478	1 215 865 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	556 959	554 254	549 941	546 661	546 661	561 539	527 195 ▲
Subsídios ao investimento	mEur	512 110	508 193	503 755	500 792	500 792	514 573	499 830 ▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	83 621	88 468	92 543	86 684	86 684	81 574	92 186 ▼
Outros passivos não correntes	mEur	89 686	92 463	92 538	93 263	93 263	89 792	96 654 ▼
Passivos Correntes	mEur	81 762	82 352	80 344	80 778	80 778	74 864	84 013 ▼
Financiamentos obtidos	mEur	28 518	37 661	40 203	37 682	37 682	28 208	26 945 ▲
Outros passivos correntes	mEur	53 244	44 691	40 141	43 096	43 096	46 656	57 069 ▼
Passivo total	mEur	1 324 138	1 325 729	1 319 122	1 308 178	1 308 178	1 322 341	1 299 878 ▲

* Aplicação da IFRS 16

- Os Gastos com o Pessoal ascendem a 13,4 M€, inferior ao previsto em 54 K€ .
- As amortizações atingem o valor de 50 M€, mais 2,2 M€ que o orçamentado. Na origem deste desvio está não só a correção feita na base de cálculo (investimento) como também a alteração no registo contabilístico dos valores de Rendas e Alugueres, no âmbito da aplicação da IFRS 16.
- Na rubrica Outros G.P. Operacionais estão consideradas, entre outros, os impostos diretos e indiretos (1M€), Garantias Operacionais (51K€) e CTA (278K€). O desvio verificado face ao Orçamento resulta fundamentalmente da contabilização das taxas de ocupação de Subsolo no valor de 216K€ (regularização referente aos exercícios de 2011 a 2014). Relativamente ao período homólogo deixamos a nota de que o valor da CTA (gasto na atividade da baixa), estava registada na rubrica CMVMC.
- Em Provisões e Perdas por Imparidade está incluído o valor de 287K€ de Reversões (não considerado no orçamento). Comparativamente com 2018 , e apesar do valor de perdas por imparidade ser menor (- 802 K€), o desvio é desfavorável pelo facto de em 2018 o valor das Reversões ser superior ao registado em 2018 , (+1 M€ que 2019).
- O desvio negativo (face ao orçamento) na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais deve-se ao facto de terem sido orçamentados outros rendimentos que não se vieram a verificar.

Resultado financeiro -10,0 MEur

Resultado Financeiro negativo de 10 M€, superior ao estimado em 0,8 M€. Na origem deste desvio temos 2 efeitos. Positivo nos gastos financeiros (menos 1,3 M€), cerca de - 1,4 M€ como resultado da alteração da natureza do endividamento, e em sentido contrario o registo de mais 0,1 M€ no âmbito da IFRS 16). Os Rendimentos Financeiros apresentam um desvio negativo de menos 2 M€ como resultado da anulação de juros de mora estimados e faturados aos clientes (no âmbito dos ARD).

- Posição Financeira**
- Em sede de orçamento o valor de acordos, i. é. Dívida de clientes não correntes, está considerado na rubrica da Outros Ativos Não Correntes com o valor de 5,4M€.
 - Em dezembro de 2019 o valor referente aos ARD foi reclassificado para a rubrica "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" dado o acordo de cedência ao BEI. As dívidas de clientes de curto prazo ascendem a 76 M€. Em dezembro verificou-se um aumento no valor da dívida injuntada + 8,5 M€, fundamentalmente os débitos relativos à Violação do Direito de Exclusividade de 2017 e 2018, nomeadamente a Bragança).
 - Durante este ano de 2019 os acionistas da classe C - AdP - Águas de Portugal e Município de Amarante realizaram capital no valor de 2,4M€ e 0,6M€, respetivamente. Encontra-se por realizar 2,6M€ Classe A e 0,6M€ Classe C.

Indicadores da Posição Financeira		Valores				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	dez. 2018	Per. Hom.Orçam.
Capital Empregue	mEur	640 819	642 896	638 883	640 397	640 397	642 008	616 668
Autonomia Financeira	%	16,32%	16,51%	16,64%	16,82%	16,82%	16,24%	17,12%
Liquidez Geral	n.º	1,65	1,37	1,37	1,74	1,74	1,73	1,34
Solvabilidade	n.º	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,19	0,21
Fundo de Maneio	mEur	53 234	30 805	30 112	59 778	59 778	54 537	28 367
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue	%	0,345%	1,450%	1,890%	2,835%	2,83%	3,56%	4,19%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	0,213%	1,199%	1,580%	1,968%	1,97%	2,80%	3,36%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,108%	0,198%	0,263%	0,331%	0,33%	0,45%	0,58%

Endividamento		Valores				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	dez. 2018	Per. Hom.Orçam.
Endividamento	mEur	585 476	591 914	590 145	584 343	584 343	589 746	554 140
Não corrente	mEur	556 959	554 254	549 941	546 661	546 661	561 539	527 195
BEI	mEur	247 415	244 741	242 278	239 029	239 029	250 146	238 777
Banca Comercial	mEur	0	0	0	0	0	0	0
Empresa Mãe	mEur	308 091	308 091	306 273	306 273	306 273	309 909	287 066
Locação Financeira	mEur	1 453	1 422	1 391	1 360	1 360	1 484	1 353
Corrente	mEur	28 518	37 661	40 203	37 682	37 682	28 208	26 945
BEI	mEur	10 408	10 550	10 593	11 221	11 221	10 098	11 221
Banca Comercial	mEur	0	0	0	0	0	0	5 349
Empresa Mãe	mEur	17 986	26 986	29 486	26 336	26 336	17 986	10 244
Descobertos bancários	mEur	0	0	0	0	0	0	0
Locação Financeira	mEur	124	124	124	124	124	124	130

Dívida Financeira **584,3 MEur**

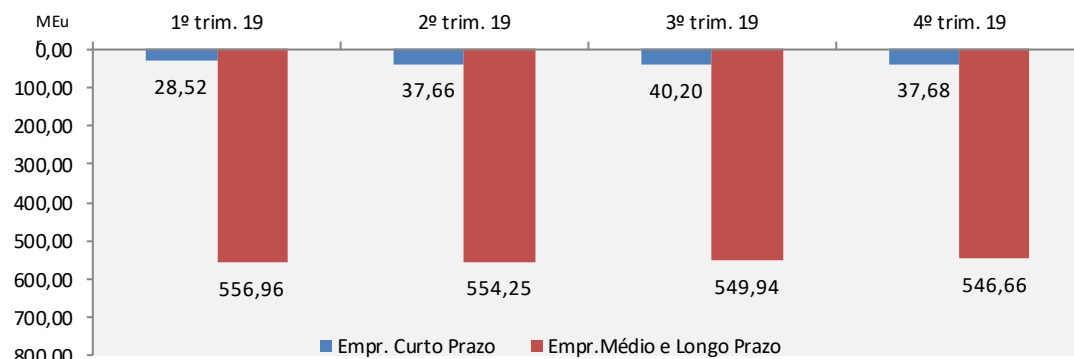
- Endividamento de 584,3M€, superior ao previsto em 30,2M€. Na base deste desvio está o facto de não se ter verificado a cedência a entidade bancária dos ARD previsto em sede de OPT (nomeadamente set. , out. e novembro). No decorrer deste ano a empresa amortizou 11 M€ ao BEI relativamente às linhas Médio e Longo Prazo, tendo em contrapartida aumentado o valor da linha acionista de curto prazo em 8,4M€. A Adnorte cumpre com o disposto no artigo 159.º do DLEO (crescimento de 2%), ao apresentar neste ano uma diminuição de 0,34% face a 2018.

Indicadores de Endividamento		Valores				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	dez. 2018	Per. Hom.Orçam.
Dívida Financeira	mEur	585 476	591 914	590 145	584 343	584 343	589 746	554 140
Debt to equity	%	227%	226%	224%	221%	221%	230%	206%
Net Debt - Endividamento líquido	mEur	584 583	591 123	589 264	583 467	583 467	588 757	553 886
Net Debt to EBITDA	n.º	131	23	15	11	11	13	11
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	98	97	91	81	81	87	95
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	77	76	70	72	72	77	76

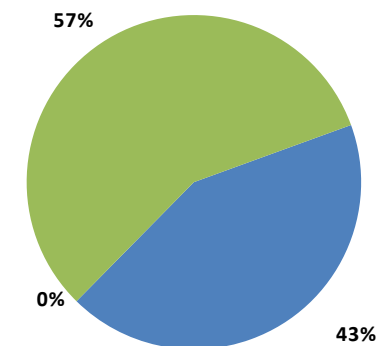
Net Debt - Endividamento líquido **583,5 MEur**

- O endividamento líquido no final de dezembro era de 583,5 M€.
- Em 2019 o nível de cobranças foi de 116M€, menos 22M€ que o orçamentado (138M€). O PMR situa-se em 81 dias, i.é., menos 6 dias que em 2018.
- O PMP diminuiu 5 dias face a 2018.

Endividamento



■ BEI
■ Banca Comercial
■ Empresa Mãe



3. INDICADORES COMERCIAIS

dezembro de 2019

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per. Hom.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm3	32 862	42 830	39 604	34 809	150 106	147 820	149 779
Volume de atividade - abastecimento	Mm3	16 937	18 601	22 761	17 405	75 703	73 371	76 977
Volume de atividade - saneamento	Mm3	15 925	24 230	16 843	17 405	74 403	74 449	72 802
Volume de Negócios¹	mEur	23 861	26 619	25 324	29 709	105 513	98 251	100 164
Volume negócios - abastecimento	mEur	10 211	11 244	13 640	13 975	49 070	46 624	46 952
Volume negócios - saneamento	mEur	13 650	15 375	11 684	15 734	56 443	51 627	53 212
Dívidas de Utilizadores		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	dez. 2018	Orçam.
Dívida total	mEur	106 780	112 544	108 199	76 103	76 103	98 914	74 495
Dívida vencida total	mEur	85 036	65 272	64 405	66 914	66 914	80 662	n.d.
Acordos de pagamento	mEur	8 748	33 452	32 865	117	117	8 856	n.d.
Injunções	mEur	56 947	44 786	42 909	51 515	51 515	56 947	n.d.

¹ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos, o efeito dos Rendimentos Construção, da CTA e do Fundo Ambiental.

FATURAÇÃO: Abastecimento de água		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per. Hom.	Per. Hom.Orçam.
Total de água faturada	mm3	16 937	18 601	22 761	17 405	75 703	73 371	76 977

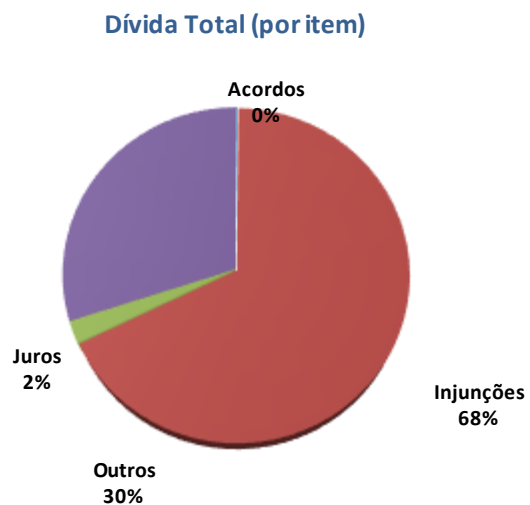
FATURAÇÃO: Saneamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per. Hom.	Per. Hom.Orçam.
Total de efluentes faturados	mm3	15 925	24 230	16 843	17 405	74 403	74 449	72 802

Volume de Negócios ¹ : Abastecimento	49,1 MEur	75,7 Mm3
<ul style="list-style-type: none"> O Volume de Negócios (excluindo a CTA) da atividade de abastecimento totalizou 49,1M€ relativos aos 75,7 Mm3 faturados aos clientes. Analisando de forma detalhada verifica-se que na alta o volume faturado foi inferior ao orçamentado em 770 mil m3. No entanto, em termos de valor verifica-se um desvio favorável de 2,8 milhões de euros (efeito favorável VMG em 3,4M€). Na baixa o volume faturado foi inferior ao orçamentado em 451 mil m3 correspondendo a menos 0,7K€. 		
Volume de Negócios ¹ : Saneamento	56,4 MEur	74,4 Mm3
<ul style="list-style-type: none"> O volume de negócios na atividade do Saneamento (excluindo o FA) regista um desvio face ao Orçamento de +3M€, sendo 1,8M€ na atividade da Alta e 1,2M€ para a Baixa. Em termos de Volume o desvio é favorável em 843 mil m3, (623 mil m3 na Alta e 221 mil m3 na baixa). No que diz respeito à alta o desvio face ao orçamento tem como origem os seguintes fatores: o aumento da atividade (+4,2Mm3); a emissão de notas de crédito para correção de exercícios anteriores (2017/2018) (-1,4Mm3), bem como da alteração da metodologia de faturação dos volumes. Assim, em maio de 2019 a AdNorte deixou de aplicar os Rendimentos Tarifários (em vigor desde jan de 2018), tendo sido emitidas notas de crédito e de débito para correção dos valores de 2018. Em sede de OPT este acerto foi considerado não só a nível de valor (1,4M€) como também em volume (+2,2Mm3). No que diz respeito ao valor para além do mencionado anteriormente contribuiu para o desvio a aplicação da Violação do Direito de Exclusividade (+0,3M€). No que diz respeito à Baixa o desvio no Volume de Negócios deve-se fundamentalmente ao aumento da componente Fixa (+1,3M€), bem como da faturação de outros serviços (Execução de Ramais, Limpeza de FS). 		

3. INDICADORES COMERCIAIS

dezembro de 2019

Dívidas de Utilizadores		2019						
		Div. Total	Div. Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total	mEur	76 103	66 914	9 190	117	51 515	1 661	22 810



Dívida dos Utilizadores

76,1 MEur

- Dos ARD celebrados 2019 com os Municípios de Caminha, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Mirandela, Peso da Régua, S. João da Pesqueira, Tabuaço, Tarouca, Trofáguas, Vieira do Minho e Vila Pouca de Aguiar, num total de 33,5M€, a 31 de dezembro verifica-se o seguinte : recebimento em novembro do valor do acordo de S. João da Pesqueira (3,7M€) e a reclassificação para a rubrica Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral do valor dos ARD com acordo de cedência ao BEI - 28,6 M€. Em sede de orçamento foi estimado o recebimento total no 4º trim. de 2019

unid: Euros

Gastos Operacionais	Valor Acumulado				Per. Hom.Orçam.	Ano 2018 (dez) PAO 2019(dez.)	
	1º T	2º T	3º T	4º T			
Cumprimento do GO/VN (1)/(5)	53,33%	54,44%	55,10%	53,47%	56,51%	57,03%	56,51%
Gastos Operacionais(GO) (1)=(2)+(3)+(4)	Eur 14 544 099	31 256 954	47 591 866	63 960 132	64 668 589	62 019 773	64 668 589
CMVMC (2)	Eur 981 585	1 997 031	3 190 461	4 308 787	4 290 133	4 826 470	4 290 133
FSE (3)	Eur 10 066 715	22 559 544	34 285 642	46 235 995	46 908 760	44 459 384	46 908 760
Gastos com Pessoal Dem.Res. (4)	Eur 3 495 798	6 700 379	10 115 763	13 415 350	13 469 696	12 733 919	13 469 696
Volume de Negócios(5)=(6)+(7)	Eur 27 273 418	57 414 202	86 378 975	119 622 812	114 436 625	108 747 513	114 436 625
Vendas (6)	Eur 11 707 915	24 506 782	39 821 403	55 364 725	53 335 131	51 938 877	53 335 131
Prestação de Serviços (7)	Eur 15 565 503	32 907 421	46 557 572	64 258 087	61 101 494	56 808 636	61 101 494
Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	450 045	872 891	1 379 002	2 094 649	2 007 005	2 102 984	2 007 005
Deslocações e Estadas e alojamento *	Eur -5 498	17 066	44 750	58 264	67 944	93 109	67 944
Ajudas de custo	Eur 751	4 607	6 401	8 443	6 202	7 835	6 202
Encargos com viaturas **	Eur 454 792	851 217	1 327 851	2 027 942	1 932 859	2 002 040	1 932 859
Conjunto de gastos realizados com estudos, pareceres, projetos e consultorias	Eur 8 798	46 032	70 072	131 217	114 597	135 178	114 597
Gastos com Pessoal corrigidos (8)=(4)-(9)-(10)	Eur 3 420 702	6 494 561	9 741 038	12 952 266	12 969 349	12 543 174	12 969 349
Gastos com pessoal Dem.Res. (4)	Eur 3 495 798	6 700 379	10 115 763	13 415 350	13 469 696	12 733 919	13 469 696
Indemnizações (9)	Eur 0	45 430	127 761	127 761	160 000	11 620	160 000
Valorizações Remuneratórias por aplicação ACT (10)	Eur 75 097	160 388	246 963	335 323	340 347	179 125	340 347
Encargos com viaturas IFRS 16	Eur 454 792	851 217	1 327 851	2 051 663	n.a.	n.a.	n.a.

Notas:
 * Não inclui gastos com portagens e estacionamento, pois estão incluídos nos encargos com viaturas
 ** Para efeitos comparativos com 2018 e com o orçamento, apresenta-se o valor calculado sem o impacto da IFRS16, um vez que esta alteração aconteceu apenas em 2019 (real).
 Na sequência da mudança da política contabilística (aplicação da IFRS16), os encargos efetivos com viaturas em 2019 são os que se apresentam a seguir, não sendo estes comparáveis, nem com os os valores de 2018 nem com os valores de orçamento, devido à não aplicação da referida norma.

Cumprimento GO/VN	53,47%
<ul style="list-style-type: none"> O peso dos gastos operacionais sobre o Volume de Negócios apresenta um desvio favorável face ao orçamento de 3%. Contribuiu para este desvio essencialmente o aumento do Volume de Negócios. Relativamente a 2018 o desvio é favorável em 3,6% dando, assim, cumprimento ao estipulado no Artigo 158 do Decreto- Lei 84/2019 	
<ul style="list-style-type: none"> O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota, regista um aumento face ao orçamento em 87 K€. Relativamente a 2018 apresenta uma diminuição de 8 K€, dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º 3 do Artigo 158.º do Decreto - Lei 84/2019. Nos gastos com a frota, fruto da aplicação da IFRS16, foi registado um aumento de cerca de +23 K€, não tendo sido considerado para efeitos de comparabilidade com 2018, uma vez que a norma não estava em vigor, nem prevista em sede de orçamento. Destacamos ainda o aumento de cerca de 80% nos gastos com o seguro. 	
<ul style="list-style-type: none"> Conjunto de gastos realizados com estudos, pareceres, projetos e consultorias, apresentam um desvio face ao orçamento de + 16 K€, sendo no entanto inferior ao verificado em 2018 em 3K€, dando cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 3 do Artigo 158.º do Decreto - Lei 84/2019. 	
<ul style="list-style-type: none"> Os Gastos com Pessoal, quando comparados com o orçamento, apresentam um desvio favorável de cerca de 54 K€, acomodando assim o valor de 27k€ (Programa Caudal), não aprovado no PAO. Comparando com 2018, verifica-se um acréscimo nos gastos com pessoal no montante de 681k€, no entanto, este acréscimo é justificado pelas seguintes medidas excecionais: efeito ano completo dos acréscimos verificados em 2018 nos O.S. (+52K€) e nas admissões ao abrigo do PREVPAP (+347K€), variação do valor de idemnizações (+116k€) e pela valorização salarial inerente ao ACT (+335k€). Assim, considerado o excecionamento destas medidas, o valor dos gastos com pessoal de 2019 cumpre com o disposto na alínea a) do n.º 3 do Artigo 158.º do Decreto-Lei 84/2019. 	

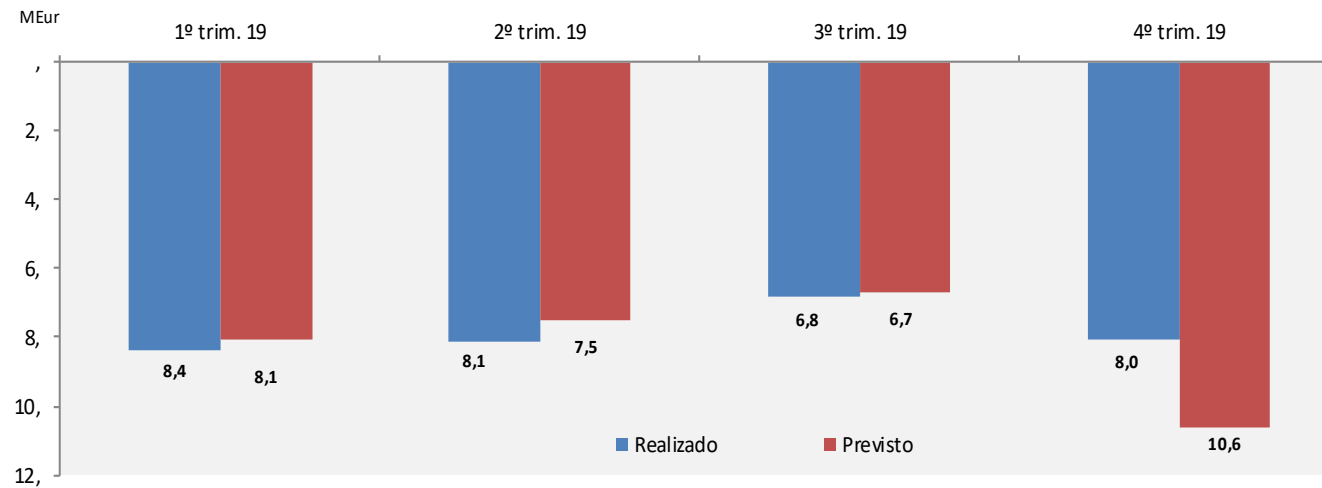
5. INVESTIMENTO

dezembro de 2019

Investimento	mEur	Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per. Hom.	Per. Hom.Orçam.
Investimento	mEur	8 371	8 129	6 796	8 036	31 331	31 750	32 907
Ativos fixos tangíveis	mEur	131	-30	379	188	667	-201	0
DUI Concessão	mEur	1 246	1 338	1 356	3 734	7 675	13 690	5 299
Investimento em curso	mEur	6 994	6 821	5 061	4 113	22 988	18 262	27 608

Investimento	31,3	MEur
<ul style="list-style-type: none"> O investimento realizado no ano ascendeu a 31,3 M€, sendo 20 M€ referente à Alta e 11 M€ referente à Baixa . A execução foi inferior em 4,8% ao estimado, com principal origem na execução de empreitadas. O Plano de Investimentos para 2019 prevê um valor global de 32,9 milhões de euros. 		

Investimento mensal: realizado vs previsto



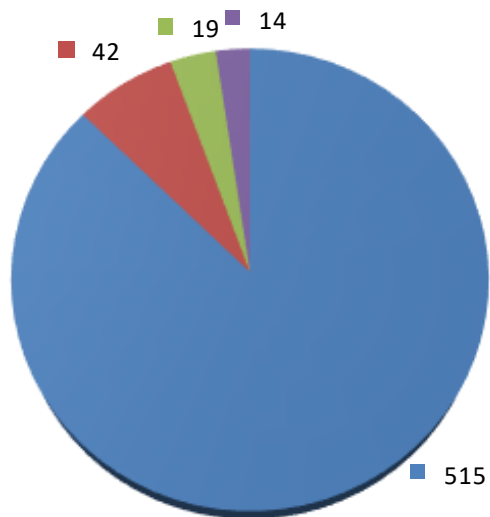
6. Recursos Humanos

dezembro de 2019

Número de Colaboradores por vínculo		dezembro
Recursos Humanos	nº	590
Contrato AdNorte	nº	515
Cedência de Interesse Público	nº	42
Contratos Suspensos	nº	14
Trabalho Temporário	nº	19

Movimento de Colaboradores no período		dezembro
Recursos Humanos	nº	590
Início do período	nº	587
Entradas	nº	8
Saídas	nº	5

Número de colaboradores por vínculo



- Contrato AdNorte
- Cedência de Interesse Público
- Trabalho Temporário
- Contratos Suspensos

Número de Colaboradores	situação a 31 dezembro
	590
<ul style="list-style-type: none"> O número aqui referido não inclui os órgãos Sociais num total de 8. Os 14 contratos suspensos dizem respeito a cedência temporária a outras empresas do Grupo (13) e colaborador com licença sem vencimento (1). O número de colaboradores que geraram gastos em dezembro foi de 585 (inclui os órgãos Sociais) 	



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
Águas do Norte, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao quarto trimestre de 2019

Exmos. Senhores,

Introdução

Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração das Águas do Norte, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao quarto trimestre de 2019, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental – dezembro de 2019”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

- 1 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
- 2 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

- 3 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:
 - Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019;
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019.
 - b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, no que se refere aos seguintes aspetos:
 - Deveres de informação previstos no n.º2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 157º do Decreto-Lei n.º 84/2019;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal

Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 141º da Lei n.º 71/2018;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho n.º 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

4 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

5 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre os procedimentos realizados, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Entidade do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

5.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 a 2), preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental – dezembro de 2019”.

5.2 O montante relativo às vendas e prestações de serviços, no total de 105.512 milhares de euros a 31 de dezembro de 2019, apresenta um aumento de cerca de 7% comparativamente com os montantes registados em período homólogo (7.262 milhares de euros), bem como um aumento face ao orçamento em cerca de 5% (5.349 milhares de euros), representando um nível de faturação ligeiramente superior ao previsto para o período. O volume de negócios inclui valores da Contribuição tarifária acrescida e do Fundo ambiental que apresentam um aumento relevante face ao período anterior.

5.3 Os subcontratos e fornecimentos e serviços externos, que totalizam 46.236 milhares de euros a 31 de dezembro de 2019, apresentam um aumento de cerca de 4% comparativamente ao período homólogo (1.777 milhares de euros), bem como uma redução de 1,4% face ao montante em orçamento (673 milhares de euros). O desvio face ao orçamento decorre do atraso de algumas intervenções devido aos procedimentos contratuais.

5.4 Os gastos com pessoal totalizam 13.415 milhares de euros a 31 de dezembro de 2019, (incremento de 681 milhares de euros face ao período homólogo), registando uma redução face ao orçamento de cerca de 0,4% (55 milhares de euros). O aumento de gastos face ao período homólogo decorre do novo "Acordo Coletivo de Trabalho" e da integração de colaboradores ao abrigo do PREVPAP, efeito já previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2019, aprovado pelo Conselho de Administração a 25 de julho de 2019.

5.5 Relativamente à Demonstração da posição financeira, comparando os saldos a 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, constata-se que as principais variações a relevar, foram essencialmente:

a) Estão registados cerca de 28,6 milhões de euros de Acordos de regularização de dívida na rubrica de Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral, montantes que no orçamento estavam considerados na rubrica de Clientes. As dívidas de clientes continuam a ter um crescimento significativo fruto da dificuldade dos municípios em regularizarem atempadamente as suas dívidas;

b) existem saldos a receber dos municípios clientes e também acionistas que apresentam uma elevada antiguidade, o que indicia a existências de dificuldades financeiras por parte dos devedores e/ou a existência de divergências quanto à faturação emitida. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração entende que estão a ser tomadas medidas que permitam assegurar a recuperação sem perdas desses saldos, assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão e o cumprimento das obrigações contratuais;

c) a dívida financeira apresenta uma diminuição face ao exercício anterior (5.403 milhares de euros) e um aumento face ao orçamento de 30.203 milhares de euros, enquadrado na gestão de tesouraria e liquidez.

5.6 Com referência a 31 de dezembro de 2019, no âmbito do Programa "Pagar a Tempo e Horas" e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, a Entidade apresenta um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 72 dias, verificando-se a diminuição de 5 dias face ao apresentado a 31 de dezembro de 2018. Considerando o definido na Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, a Entidade encontra-se em incumprimento relativamente a este objetivo. Conforme previsto no nº 2 do artigo 26º do Decreto-Lei 84/2019, a Entidade apresenta as dívidas a fornecedores no sítio da internet, uma vez que o prazo médio de pagamentos é superior a 60 dias.

5.7 Os montantes apresentados na coluna de Orçamento no Relatório de Execução Trimestral respeitam ao Plano de Atividades e Orçamento de 2019, cuja segunda versão foi aprovada pelo Conselho de Administração a 25 de julho de 2019, o qual foi aprovado pelo Secretário de Estado do Tesouro no dia 10 de outubro de 2019.

5.8 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos pelo Decreto-Lei 84/2019, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento, plano de contratação de colaboradores e redução de gastos operacionais.

5.9 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da

Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

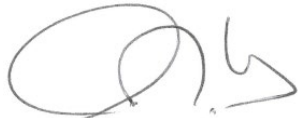
5.10 A Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 135º da Lei n.º 144/2017. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2018, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2019 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

5.11 O orçamento não contempla os impactos da adoção pela primeira vez, em 2019, da Norma Internacional de Contabilidade nº 16 (Locações).

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à Entidade a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

13 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.


CSE 

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO NORTE, S.A.
SOBRE O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 4.º TRIMESTRE DE 2019

1. Introdução

- 1.1. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.ºs 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos, apresentando, relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir, o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento. Os relatórios dos órgãos de administração das empresas públicas devem ainda especificar, o nível de execução orçamental e as operações financeiras contratadas.
- 1.2. Ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE, as empresas públicas estão obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.
- 1.3. Em conformidade com as disposições acima referidas, o Conselho Fiscal da Águas do Norte, S.A. (AdNorte), apresenta o seu relatório relativo à Execução Orçamental do 4.º trimestre de 2019, que foi emitido com base no Relatório de Execução Orçamental subscrito pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2020, e que inclui, designadamente, a Demonstração de Resultados, a Demonstração da Posição Financeira, os Indicadores Económico-Financeiros, o Financiamento, os Indicadores Comerciais, o Investimento, os Recursos Humanos e a apresentação de outros indicadores ao abrigo do DLEO e de outras instruções no âmbito do PAO, para o ano de 2019.
- 1.4. Os valores apresentados na coluna relativa ao orçamento, são referentes à segunda versão do Plano de Atividades e Orçamento para 2019, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de julho de 2019 e pela tutela setorial em 10 de outubro de 2019.
- 1.5. De referir que a empresa apresenta um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) de 72 dias, abaixo do previsto no orçamento (76 dias), e do registado no período homólogo (77 dias). Nestes termos, verifica-se que há incumprimento dos objetivos relativos aos prazos de pagamento a fornecedores previstos no parágrafo 9 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros 34/2008 na medida em que, verificando um PMP do ano anterior superior ou igual a 45 dias, uma redução inferior a 15% em 2019 constitui fator de incumprimento.



Refira-se ainda que de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 26 do Decreto-Lei 84 de 2019, sendo o prazo médio de pagamentos superior a 60 dias, a AdNorte divulga as dívidas a fornecedores no seu sítio da internet.

1.6. Referimos por último, que o orçamento para 2019, não contempla os impactos de adoção pela primeira vez, em 2019, da Norma Internacional de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) n.º 16 – Locações.

2. Procedimentos desenvolvidos

2.1 O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da empresa ao longo do trimestre, quer através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, quer através da análise da informação contabilística e de controlo de gestão e do contato com a Administração e Serviços.

2.2 Adicionalmente, utilizando procedimentos de revisão analítica e o conhecimento que dispomos de períodos anteriores sobre a atividade da AdNorte, analisámos o conteúdo do Relatório de Execução Orçamental preparado pela empresa, e a razoabilidade dos desvios quanto à:

- a) Evolução da Demonstração da Posição Financeira (Balanço) real, com referência a 31 de dezembro de 2019, e a sua comparação com o respetivo orçamento na mesma data;
- b) Evolução da Demonstração do Rendimento Integral (Demonstração de Resultados por naturezas) real, com referência a 31 de dezembro de 2019, e a sua comparação com o respetivo orçamento na mesma data;
- c) Análise das atividades de investimento; e
- d) Análise do Memorando de Acompanhamento da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda. emitido em 13 de março de 2020.

3. Análise da Execução Orçamental

3.1. Demonstração da Posição Financeira

(em milhares de euros)

Rubricas	Real	Orçamento	Desvio	
	31-12-2019	31-12-2019	Valor	%
Ativo				
Ativo não corrente	1 432 227	1 455 923	-23 695	-1,6%
Ativo intangível	1 118 320	1 132 299	-13 979	-1,2%
Desvios de Recuperação de Gastos	264 132	275 606	-11 474	-4,2%
Ativos sob direito de uso (IFRS 16)	5 167	0	5 167	
Outros ativos não correntes	44 608	48 017	-3 409	-7,1%
Ativo corrente	140 555	112 380	28 175	25,1%
Ativos fin. Ao justo valor rend.int.	28 638	0	28 638	
Clientes	76 029	74 495	1 534	2,1%
Disponibilidades	876	254	622	244,9%
Outros ativos correntes	35 012	37 631	-2 619	-7,0%
Total do ativo	1 572 782	1 568 303	4 480	0,3%
Capital próprio				
Capital social	107 900	107 900	0	0,0%
Resultados transitados e reservas	151 495	151 496	-1	0,0%
Resultado líquido do período	5 209	9 029	-3 820	-42,3%
Total do capital próprio	264 604	268 425	-3 821	-1,4%
Passivo				
Passivo não corrente	1 227 400	1 215 865	11 535	0,9%
Financiamentos obtidos	546 661	527 195	19 466	3,7%
Subsídios ao investimento	500 792	499 830	962	0,2%
Acréc. Custos Investim. Contratual	86 684	92 186	-5 502	-6,0%
Outros passivos não correntes	93 263	96 654	-3 391	-3,5%
Passivo corrente	80 778	84 013	-3 235	-3,9%
Financiamentos obtidos	37 682	26 945	10 737	39,8%
Outros passivos correntes	43 096	57 069	-13 973	-24,5%
Total passivo	1 308 178	1 299 878	8 300	0,6%
Total capital próprio e passivo	1 572 782	1 568 303	4 479	0,3%

Fonte: Relatório de Execução Orçamental - dezembro de 2019

O total do Ativo apresenta um aumento de 0,3% relativamente ao valor orçamentado. Em termos de variações, destaca-se o desvio positivo na rubrica de desvios de recuperação de gastos, inferior ao orçamento em cerca de 11 milhares de euros, relacionado sobretudo com a redução dos gastos operacionais. Considerando-se as rubricas clientes e acordos de pagamento de clientes em conjunto que se apresentam na rubrica Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral, o valor registado está acima do previsto em 30,2 milhões de euros, sendo também superior ao registado no período homólogo em 11,4 milhões de euros.

Relacionado com a ainda não concretização dos Acordos de Regularização de Dívida, a rubrica de Financiamentos Obtidos corrente e não corrente, regista um incremento de 30,2 milhões de

euros (5,5%) face ao previsto e uma diminuição de 5,4 milhões de euros face ao período homólogo.

3.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

(em milhares de euros)

Rubricas	Real 31-12-2019	Orçamento 31-12-2019	Desvio	
			Valor	%
Venda de água	49 070	46 952	2 118	5%
Prestação de Serviços: Saneamento	56 443	53 212	3 231	6%
Componente tarifária acrescida	6 295	6 383	-88	-1%
Fundo Ambiental	7 815	7 890	-75	-1%
Rend. Construção (IAS 11)	30 664	29 115	1 549	5%
Desvio de recuperação de gastos	-1 562	9 913	-11 475	-116%
Volume de negócios	148 725	153 465	-4 740	-3%
Custo das vendas/variação inventários	-4 309	-4 290	-19	0%
Subcontratos	-20 010	-17 774	-2 236	13%
Gastos serviços construção	-30 664	-29 115	-1 549	5%
Margem bruta	93 742	102 286	-8 544	-8%
Fornecimentos e serviços externos	-26 226	-29 135	2 909	-10%
Gastos com pessoal	-13 415	-13 470	55	0%
Amortizações	-55 412	-53 168	-2 244	4%
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	-687	-955	268	-28%
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-1 520	-1 290	-230	18%
Subsídios ao Investimento	21 073	20 745	328	2%
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	599	818	-219	-27%
Resultado operacional	18 154	25 831	-7 677	-30%
Gastos financeiros	-13 808	-15 060	1 252	-8%
Rendimentos financeiros	3 822	5 826	-2 004	-34%
Resultado financeiro	-9 986	-9 234	-752	8%
Resultado antes de impostos	8 168	16 597	-8 429	-51%
Imposto sobre o rendimento	-2 960	-7 568	4 608	-61%
Resultado líquido do exercício	5 208	9 029	-3 821	-42%

Fonte: Relatório de Execução Orçamental - dezembro de 2019

Os Resultados Líquidos do exercício apresentam uma redução de 42% face ao previsto em sede de orçamento, sendo os principais desvios ocorridos face ao orçamento os seguintes:

- As rubricas de Vendas e de Prestação de Serviços registaram um aumento 5% e 9% respetivamente, relativamente ao período homólogo. Relativamente ao estimado verificou-se um nível da faturação superior a previsto, tendo as Vendas registado um incremento de 5% e os Serviços Prestados registado um aumento de 6%.

 CDR M

- A rubrica de desvios de recuperação de gastos registou um excedente com uma variação positiva de 11.475 euros relativamente ao estimado, relacionado sobretudo com a redução dos gastos operacionais.
- Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam uma redução de 10% relativamente ao valor previsto em orçamento, relacionada com reclassificações decorrentes da implementação da IFRS 16 e com o lançamento de alguns procedimentos contratuais e o correspondente atraso em algumas intervenções. Em contrapartida, os subcontratos apresentam um incremento de 13% relativamente ao previsto. No global, as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e de Subcontratos registam uma diminuição de 673 milhares de euros (1,4%) em relação ao orçamentado.
- Verifica-se que os Gastos com o Pessoal apresentam um incremento relativamente ao ano anterior (de 681 milhares de euros), sendo o desvio favorável relativamente ao orçamento em 0,4%. Este incremento relativamente ao ano anterior, previsto no orçamento para 2019, está relacionado com a integração de colaboradores no âmbito do PREVPAP e do novo acordo coletivo de trabalho.

3.3. Orientações legais vigentes

Da análise do Relatório de Execução Orçamental, considerando os princípios e orientações legais vigentes, apresentamos o seguinte:

a) Eficiência Operacional e Gastos com o Pessoal

(em milhares de euros)

Rubricas	Real 31-12-2019	Orçamento 31-12-2019	Desvio
Custo das vendas/variação inventários (a)	4 309	4 290	19
Fornecimentos e serviços externos	26 226	29 135	-2 909
Gastos com pessoal (a)	13 415	13 470	-55
Total de Gastos	43 950	46 895	-2 945
Volume de negócios ajustado (a) (b)	119 623	114 437	5 186
% do total de gastos sobre o volume de negócios	37%	41%	-4%

Fonte: Relatório de Execução Orçamental - dezembro de 2019

(a) Desconsiderando efeito da IAS 11

(b) não considerando Desvio de recuperação de gastos

O rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios regista um decréscimo de 4% no peso percentual dos gastos reais acima apresentados, no volume de negócios do período (37%),

relativamente ao valor orçamentado (41%). Para esta evolução contribuiu a diminuição das diversas rubricas de gastos operacionais, superior à diminuição do volume de negócios.

b) Relação EBITDA / Gastos Operacionais

O EBITDA do período (54.742 milhares de euros) regista um incremento de 11% relativamente ao orçamento, encontrando-se 18% acima do período homólogo do ano anterior (que apresenta um valor de 46.200 milhares de euros) pelo que se verifica o cumprimento da meta estabelecida pelo ofício nº 5939 de 04 de novembro de 2016, emitido pelo Ministério das Finanças, no que diz respeito a este aspeto.

(em milhares de euros)

Rubricas	Real 31-12-2019	Orçamento 31-12-2019	Desvio
EBITDA	54 742	49 296	5 446
Custo das vendas/variação inventários	-4 309	-4 290	-19
Subcontratos	-20 010	-17 774	-2 236
Fornecimentos e serviços externos	-26 226	-29 135	2 909
Gastos com pessoal (a)	-13 415	-13 470	55
Amortizações	-55 412	-53 168	-2 244
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	-687	-955	268
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-1 520	-1 290	-230
Total Gastos Operacionais (b)	-121 579	-120 082	-1 497
Gastos Operacionais / EBITDA	222%	244%	-21%

Fonte: Relatório de Execução Orçamental - dezembro de 2019

(a) Não excluindo Indemnizações e valorizações remuneratórias

(b) Excluindo Gastos de Construção

c) Gastos com viaturas, deslocações, ajudas de custo e com estudos, pareceres e projetos de consultoria

(em milhares de euros)

Rubricas	Real 31-12-2019	Orçamento 31-12-2019	Desvio	Homólogo 31-12-2019	Desvio
Gastos com deslocações e estadas e alojamento (a)	58 264	67 944	-9 680	93 109	-34 845
Gastos com ajudas de custo	8 443	6 202	2 241	7 835	608
Gastos com Viaturas	2 027 942	1 932 859	95 083	2 002 040	25 902
Total Gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel	2 094 649	2 007 005	87 644	2 102 984	-8 335
Total Gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria	131 217	114 597	16 620	135 178	-3 961

Fonte: Relatório de Execução Orçamental - dezembro de 2019

(a) Não inclui gastos com portagens os quais estão incluídos nos encargos com viaturas

A rubrica referente aos gastos com viaturas registou um incremento com origem fundamentalmente no impacto da aplicação da IFRS 16 e no aumento dos valores referentes a seguros e portagens. As rubricas de outros gastos operacionais, nomeadamente: Gastos com deslocações e estadas e alojamento, ajudas de Custo, viaturas e estudos, pareceres, projetos e consultoria, apresenta uma redução relativamente ao período homólogo.

d) Limite do Endividamento

(em milhares de euros)

Endividamento	Real 31-12-2019	Orçamento 31-12-2019	Desvio
Endividamento financeiro global			
BEI	250 250	249 998	252
Banca Comercial	0	5 349	-5 349
Empresa Mãe	332 609	297 310	35 299
Locação Financeira	1 484	1 483	1
Endividamento	584 343	554 140	30 203
Disponibilidades	876	254	622
Endividamento Líquido	583 467	553 886	29 581

Fonte: Relatório de Execução Orçamental - dezembro de 2019

De acordo com as disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 58.º do OE para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), do artigo 159.º do DLEO para 2019 (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho) e do ponto 4.2 do Ofício Circular n.º 5487, de 21 de novembro de 2018, o crescimento do endividamento das empresas públicas encontra-se limitado a 2% considerando o endividamento remunerado corrigido pelo capital social e excluindo investimento com expressão material. Verifica-se que o endividamento do período se situa em 584.343 milhares de euros, encontra-se acima do orçamentado em 5,5 % (30.203 milhares de euros), estando abaixo do realizado no ano anterior em 0,9 %.

3.4. Atividades de Investimento

O investimento acumulado no período totaliza 31.331 milhões de euros, sendo que em termos orçamentais estavam previstos 32.907 milhões de euros. Desta forma verifica-se uma realização abaixo do orçamento.

4. Conclusão

A Águas do Norte, S.A., emitiu o RET relativo ao 4.º Trimestre de 2019, nos termos do disposto no artigo 25º, números 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (“RJSPE”).

Tendo em atenção as análises efetuadas e os contatos estabelecidos com o Conselho de Administração e com os Serviços, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a referida informação financeira relativa ao 4.º trimestre de 2019 da AdNorte, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos e de controlo orçamental que lhe servem de suporte naquela data.

Vila Real, 17 de março de 2020

O Conselho Fiscal



Maria Albertina Barreiro Rodrigues
(Presidente)



Carlos Sousa Ribeiro
(Vogal)



Nuno Linhares da Silva
(Vogal)